

A COROA E A IGREJA NA LISBOA DE QUINHENTOS

NUNO SENOS *

A Coroa e a Igreja: concorrência e colaboração

De entre os vários agentes em jogo na cena política do Portugal quinhentista, a igreja (nas suas múltiplas componentes) foi, sem dúvida, um dos mais importantes – e, possivelmente, um dos menos estudados ¹. Através de uma fina rede de paróquias submetidas à alçada do respectivo bispado, a igreja é a única instância de poder de então que verdadeiramente cobre de forma relativamente homogénea todo o território nacional, tanto continental como ultramarino. Organizados através de uma hierarquia bem estabelecida e operante, os bispados estabelecem a comunicação entre as paróquias e os níveis mais elevados do aparelho, os arcebispos e, finalmente, Roma e o papado, cuja centralidade em toda a organização assegura a consistência do todo. No outro extremo, ao nível da paróquia, encontramos o sacerdote que contacta directamente com os fiéis da sua circunscrição, que os instrui através da homilia, que os ouve em confissão, que os guia espiritualmente ².

* Doutorando do Institute of Fine Arts (NYU).

¹ Até muito recentemente a *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida (hoje normalmente consultada na edição de Damião Peres – Porto, Portucalense Editora, 1967-71 – mas originalmente publicada entre 1910 e 1928) era a única síntese de referência disponível. Recentemente foi publicada a *História Religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira Azevedo (Lisboa, Círculo de Leitores, 2000) de que aqui nos interessa especialmente o vol. II, *Humanismos e Reformas*, coordenado por João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Nas notas seguintes serão mencionados outros estudos focados em aspectos particulares deste tema. Veja-se ainda o breve capítulo dedicado à igreja em José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, dir. António Manuel Hespanha.

² Sobre a organização do ramo secular da igreja e a sua presença no quotidiano das

Paralelamente ao grande ramo secular, a igreja chega ao contacto directo dos fiéis também através das diversas ordens religiosas, dotadas das suas próprias hierarquias, também elas cobrindo território continental e ultramarino (onde são, quando não a única, frequentemente, a mais importante instância formal de poder presente). Abandonado, pela maioria, o modelo medieval da fuga ao mundo e do isolamento do eremitério, as ordens religiosas do século XVI são presenças constantes em todos os aglomerados habitacionais e também, é claro, na vida das comunidades. O seu peso no quotidiano dos fiéis não é menor do que o do clero secular.

Finalmente, é preciso contar ainda com uma novidade do século XVI: a inquisição. A sua máquina burocrática central não é, porventura, tão pesada como as acima referidas, mas através da figura do “familiar da inquisição”, o Tribunal do Santo Ofício chega aos mais recônditos cantos da vida da nação, penetra no segredo das casas e na intimidade das consciências de forma talvez ainda mais eficaz do que a confissão, e julga de acordo com padrões indubitavelmente mais duros. Através de tribunais permanentes ou de visitas temporárias, também a inquisição se fez presença constante no dia-a-dia dos devotos ³.

As formas institucionais assim brevemente referidas produzem doutrina, fixada e veiculada através de um vasto corpo literário que fornece o enquadramento ideológico necessário para as práticas da parenética e da confissão, assim como do aconselhamento informal que os diversos tipos de religiosos (e religiosas) fornecem a quem os procura e com eles priva. Por outro lado, é preciso não esquecer que toda esta produção, bem como o direito canónico (cujo peso no ordenamento jurídico do reino era, e seria ainda durante muito tempo, considerável), constituíam influências fundamentais para toda a definição da arquitectura jurídica e política do país ⁴.

comunidades, para além das sínteses já mencionadas, podem ver-se, entre outros, Joaquim Ramos Carvalho, “A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime”, *Revista Portuguesa de História*, 24, 1988, pp. 121-163; José Pedro Paiva, “A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 3, 1991, pp. 77-110; e Idem, “Burocracia e organização eclesíastica” in Azevedo, *op. cit.*, vol. II, pp. 187-199.

³ A obra de referência sobre o tema é Francisco Bethencourt, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

⁴ Sobre a influência do discurso religioso na definição da ordem política do país, vejam-se Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “A representação da sociedade e do poder” in Mattoso, *op. cit.*, vol. IV, pp. 121-145; Pedro Cardim, “Religião e

Fornecendo orientação ideológica e pragmática para quase todos os momentos da vida do fiel, do nascimento até à morte, a igreja (no sentido mais lato do termo) é uma presença incontornável no estudo do Portugal de Quinhentos.

Característico da Idade Moderna é o desenvolvimento e consolidação de uma outra instância de poder: a coroa e o seu aparelho burocrático. Em Portugal, tal processo em direcção àquilo a que a historiografia convencional chama “absolutismo” torna-se particularmente notório ao longo dos cerca de duzentos anos a que correspondem os reinados da dinastia de Avis (prolongando-se, é claro, muito para lá deles). Não se trata, naturalmente, da separação entre o Estado e a Igreja, ideia que, de resto, só surgiria muito mais tarde, no contexto do desenvolvimentos das ideologias liberais do século XIX, e cuja concretização continua, ainda hoje, em muitos casos, por levar às últimas consequências.

Trata-se, antes, de um projecto de progressiva criação e consolidação de instâncias de exercício formal de poder, doutrina e jurisprudência que não sejam originadas directamente pela igreja (ainda que a influência desta sobre a produção daquelas seja uma constante), e cujo exercício e manutenção tão-pouco dependam dela, constituindo-se portanto em suas alternativas viáveis. Dito de outra maneira, tratou-se de criar e desenvolver uma ordem jurídica substituta, produzida pela coroa (entendida num sentido também lato, que englobe os diversos órgãos de poder que a constituem), e apoiada por um aparelho burocrático régio em constante crescimento.

A história da coexistência destas duas formas de poder no Portugal Moderno – como em tantos outros países europeus – foi, naturalmente, de concorrência, por vezes feroz, culminando, muito mais tarde, no já referido projecto liberal de separação entre a Igreja e o Estado. Muito antes de se chegar a esse momento, antes ainda de se poder falar propriamente de Estado (em vez de coroa, expressão mais adequada quando se fala do século XVI), antes ainda de se poderem conceber fronteiras nítidas entre as duas instâncias de poder (fronteiras que eram então tudo menos claras), esta concorrência conheceu momentos-chave como o da conjugação dos mestrados das três mais importantes ordens militares do país sob a coroa de D. João III, ou o da extinção da Companhia de Jesus (ambos os episódios

ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político de Antigo Regime”, *Revista de História das Ideias*, 22, 2001, pp. 133-174; e Idem, *O Poder dos Afectos. Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal de Antigo Regime*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

transcendendo o problema da constituição do Estado Moderno mas com ele relacionados).

Contudo, esta foi também, como não podia deixar de ser, uma história de colaboração, conjugação de esforços, cumplicidades. Nem os emergentes desejos de crescimento da coroa poderiam simplesmente substituir um ordenamento secular de um só fôlego (foi preciso um esforço centenário, como se sabe), nem, em bom rigor, a distinção entre as duas instâncias era clara, possivelmente para ninguém no século XVI. Tal como a administração da casa do Rei e a do reino não se distinguiam claramente (razão pela qual o termo Estado deve ser evitado), assim coroa e igreja agiam ora como iguais que se confrontam em (quase) igualdade de circunstâncias (e nem sempre a coroa é o elemento preponderante nestes encontros), ora como extensão uma da outra, elementos colaborantes que partilham um projecto de poder e conjugam esforços para a sua concretização ⁵.

Lembre-se, por exemplo, que foi D. João III quem coordenou as diligências necessárias para a instalação da Inquisição em Portugal, colocando à sua frente o seu irmão, D. Henrique, figura-chave da história do Portugal de quinhentos (ainda mal estudada), homem de imenso poder e que, tendo acumulado varias dignidades eclesiásticas, incluindo a cardinalícia, acabaria mesmo por subir ao trono do país. Muitos anos mais tarde, quando os equilíbrios dos poderes eram já outros e a figura do favorito real muito mais importante (em toda a Europa) do que jamais o tinha sido no século XVI, o marquês de Pombal entregará a direcção dos destinos da Inquisição, de novo, a um irmão seu.

A arte, nas suas várias formas, foi sempre – e talvez no século XVI mais do nunca – uma ferramenta central na negociação destes equilíbrios (e desequilíbrios) entre os poderes. Instrumento de propaganda de enorme eficácia ao qual constantemente recorrem os actores da cena política quinhentista, ao contrário do que se possa porventura pensar, a arte é imensamente sensível às alterações verificadas nestes jogos de poder e é, por isso, frequentemente um barómetro ideal para medir as pressões operantes em tal palco. Nas páginas que se seguem procurarei analisar alguns casos específicos de obras arquitectónicas em que estas negociações se tornam particularmente visíveis. Isto é, o que significou, em termos de

⁵ Sobre as relações entre a coroa e a igreja, para além das obras já referidas (sobre tudo os textos do vol. IV da *História de Portugal* dirigido por António Hespanha), deve referir-se ainda o capítulo “A igreja e o poder”, de José Pedro Paiva in Azevedo, *op. cit.*, vol. II, pp. 135-185.

negociação política, que um monarca tenha investido na construção ou reforma de uma dada igreja e não outra, ou que tenha optado por usar este espaço religioso e não outro para encenação desta ou daquela cerimónia. Como veremos, estas nunca são decisões acidentais, elas revestem-se sempre de um significado (ainda que este nem sempre nos seja acessível) que, reflexo de uma vontade política determinada, reflecte-se por sua vez no jogo dos poderes em tensão.

Lisboa e o problema da capitalidade

O século XVI corresponde a um intervalo temporal particularmente interessante para analisar a forma como o mecenato arquitectónico religioso da coroa se constitui em sintoma das relações que esta desenvolve com a igreja. Ele abre com o reinado de D. Manuel, marcado por dois projectos políticos distintos, ambos materializados em encomendas arquitectónicas – religiosas as que aqui importam – como adiante se verá. Novidades importantes trazidas por D. Manuel fazem de Lisboa um cenário onde este fenómeno se pode observar com especial visibilidade.

Por facilidade de expressão, Lisboa é frequentemente referida como a “capital” do país. O uso de tal expressão, embora torne, de facto, o discurso mais simples, é anacrónico, não é exacto e pode induzir em erro. Isto porque no século XVI a ideia de capital tal como a concebemos hoje – isto é, a sede permanente do poder –, era ainda muito embrionária. Em bom rigor, durante o reinado de D. Manuel, apenas a Casa do Cível e a Torre do Tombo estavam sediadas em Lisboa de forma permanente. Os demais órgãos do poder central da coroa viajam com o rei e com a corte, esta ainda itinerante como as suas congéneres europeias.

Um pouco por toda a Europa ao longo do século XVI, com o crescimento das burocracias da Coroa e respectiva centralização, articulado com as cada vez maiores exigências em matéria de luxo e conforto habitacional, as cortes tendem a reduzir as suas deambulações e a prolongar as suas permanências num número cada vez mais reduzido de residências (com Catarina de Médicis, rainha de França, por exemplo, desloca-se uma média de dez mil pessoas, entre cortesãos e respectivos criados). Paralelamente, também os órgãos de poder tendem a sedentarizar-se cada vez mais, precocemente em Inglaterra (primeiro o Tesouro e depois a chancelaria, estacionados em Westminster desde o século XII), ainda cedo, mas de forma muito variável ao longo do século, em França (onde, por desejo expresso de Francisco I, a corte tende a passar mais tempo em Paris a partir dos anos de 1530), mais tarde em Espanha (onde Filipe II sedentariza

a corte em Madrid de onde esta não mais sairá, excepto por uns breves anos passados em Valladolid).

Em Portugal, embora seja certo que a importância comercial de Lisboa se tenha progressivamente afirmado desde o final da primeira dinastia, e cada vez mais ao longo do século XV, sobretudo devido aos desenvolvimentos do comércio marítimo centrado na cidade, basta considerar os itinerários da corte de D. João II ⁶ para nos apercebemos de que Lisboa não é sequer a cidade onde o rei passa mais tempo.

O reinado de D. Manuel vai introduzir variáveis importantes nesta situação. O vasto conjunto de obras que o rei promove na cidade consagra, de um modo que se viria a revelar irreversível, o seu lugar central na rede económica do reino, chamando até à alçada física do seu palácio o epicentro do comércio transcontinental que percorria o seu império, a Casa da Índia ⁷. Por outro lado, o rei *Venturoso* fez de Lisboa também o centro militar do país e do império, mais uma vez construindo no seu palácio o arsenal central da nação ⁸.

No que diz respeito às deambulações da coroa, a preferência de D. Manuel pela cidade do Tejo, ainda que quantitativamente por determinar, é inequívoca. O rei e a corte passam aí o essencial do seu tempo entre Dezembro de 1497 e Outubro de 1505. A partir deste ano, uma sucessão de surtos de peste na cidade obriga ao afastamento da corte que regressará em 1511, fixando-se então por um longo período. No Verão de 1518, novos surtos de peste levam a corte a iniciar um longo movimento itinerante que terminará nos últimos meses de 1520, quando o rei decide regressar a Lisboa onde morrerá um ano mais tarde.

No final do reinado de D. Manuel, Lisboa estava dotada de um conjunto vasto e diversificado de infra-estruturas destinadas a suportar o movimento que a expansão lhe tinha trazido, correspondendo a um esforço financeiro e construtivo de que nenhuma outra cidade do país tinha sido objecto, que proclamava a sua vocação marítima e lhe conferia um lugar único no panorama urbano nacional. Além disso, ela é já o palco por excelência onde o poder se encena e se mostra com mais frequência, mais magnificência e – na medida que é possível no século XVI – mais

⁶ Estabelecidos por Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993.

⁷ Veja-se Helder Carita, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

⁸ Cf. Nuno Senos, *O Paço da Ribeira. 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 70 ss. para a associação entre o paço e a Casa da Índia, e p. 218 para o arsenal.

permanência. Lisboa era então a primeira cidade do país, a cabeça do império. Não era ainda uma capital.

Nem o seria até à subida ao trono dos Bragança. D. João III, como veremos, alimentou outros projectos políticos e de centralidade, e D. Sebastião, por seu lado, outros ainda. Às mudanças de projecto político corresponderam alterações nos padrões de mecenato e nos ideais estéticos. E tudo isto se reflectiu, tanto por acção como por omissão, nos edifícios religiosos que a coroa fez construir ou reformar, e usou na cidade de Lisboa, a primeira do seu reino. São estas centralidades e importância de Lisboa – reforçadas, negadas ou contornadas – que fazem dela um caso especialmente interessante para a observação do fenómeno que nos propomos analisar.

O mosteiro de Santa Maria de Belém

Desde cedo – logo desde meados do século XVI – a cronística primeiro, e logo a historiografia da arte quiseram ver no mosteiro de Santa Maria de Belém, conhecido como mosteiro dos Jerónimos, um símbolo do momento épico que o país então vivia, um dos pontos altos da história colonial portuguesa já que nos primeiros anos do reinado do Venturoso atingiu-se a Índia por via marítima e, pouco depois, descobriu-se, do outro lado do mar-oceano, essa massa que ainda não se sabia continental e que mais tarde se viria a chamar Brasil. De facto, o enorme mosteiro que corre paralelo ao rio, onde os navios que deixavam Lisboa em direcção a Goa ou à Baía faziam a sua primeira paragem para aguada (hoje, de tão próximo, parece-nos estranho que assim tenha sido...), epítome de um estilo que também se quis todo ele símbolo da gesta nacional, presta-se com facilidade a tal interpretação.

O mosteiro dos Jerónimos é, contudo, muito mais do que isso e, na verdade, nem sequer é sobretudo isso, ou pelo menos não o foi originalmente⁹. Desde logo, tudo indica que a decisão de o construir tenha emanado das cortes de Montemor-o-Novo, as primeiras que D. Manuel reúne depois de subir ao trono, em 1495. Data do ano seguinte a bula *Eximiae devotionis* com que Alexandre VI autoriza a sua construção. Quer isto dizer que nem a Índia nem o Brasil eram ainda jóias que adornassem a coroa do *Venturoso*. Mais, o lapso temporal de uma década que medeia

⁹ Como, num belíssimo texto, mostrou Rafael Moreira, “Santa Maria de Belém. O mosteiro dos jerónimos” in Irisalva Moita (dir.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Expo98 / L94 / Livros Horizonte, 1994, pp. 181-194.

entre a viagem em que Bartolomeu Dias dobra o Cabo das Tormentas – sem se dar conta de que o fizera –, logo rebaptizado da Boa Esperança, e a viagem de Vasco da Gama, indicam a pausa que todo o processo descobridor sofreu nos últimos anos do reinado de D. João II, e a hesitação com que foi encarado nos primeiros anos do de D. Manuel.

Segundo o testemunho de Gaspar Correia, quando consultado sobre a pertinência astrológica da empresa que representava o envio da armada de Vasco da Gama, Abraão Zacuto, astrólogo de D. Manuel, terá dito que D. João II nunca a poderia ter completado “porque a estrela deste descobrimento nom era sua”¹⁰. Poder-se-ia, portanto, encontrar uma explicação esotérica para o referido atraso. Outras razões, contudo, parecem mais pertinentes. Para além dos favores astrais, discutiam-se então, de facto, os rumos que o projecto expansionista do país deveria tomar. À opção pelo Índico e pela Ásia contrapunha-se uma outra, norte-africana e atlântica, e ainda que hoje, conhecedores da decisão final e respectivos resultados, a escolha nos possa parecer evidente, nos primeiros anos do reinado manuelino, os anos dos Jerónimos, ela não o era.

Para além desta escolha, uma outra preocupava, pelos mesmos anos, D. Manuel: a opção ibérica. Trata-se, de novo, de uma possibilidade que remonta a tempos anteriores, pelo menos aos inícios da dinastia de Avis, e que nunca estivera tão próxima de se realizar como justamente no ano de 1498, ano em que D. Manuel se desloca a Castela para ser jurado herdeiro presuntivo das coroas dos Reis Católicos. A ter-se concretizado, D. Manuel teria sido o primeiro rei de todos os tronos ibéricos, tendo a tendência unificadora sido uma constante do pensamento político ibérico (tanto português como espanhol) dos séculos XV e XVI. Como se sabe, tal projecto abortou, e coube a Filipe II de Espanha, I de Portugal, esse lugar na história.

Tal desfecho era, evidentemente, desconhecido nos anos terminais do século XV, e durante os primeiros do seu reinado, D. Manuel prosseguirá o ideal unificador com perseverança. Assim, em Outubro de 1497 casa com D. Isabel, infanta de Espanha, filha dos Reis Católicos Fernando e Isabel. Estava esta ainda em viagem para Portugal quando morreu o seu irmão, D. João. Pouco depois, a viúva do príncipe espanhol, D. Margarida, deu à luz um nado-morto: a sucessão espanhola ficara comprometida. D. Manuel e D. Isabel são chamados a Castela e Aragão (uma união ainda precária) onde seriam jurados. Quando, em Março de 1498, partem para Castela, a rainha vai grávida. D. Miguel da Paz nascerá em Saragosa (onde se deu o juramento aragonês, depois do castelhano ter tido lugar em

¹⁰ Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e D. João III (até 1533)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, ed. José Pereira da Costa, p. 2.

Toledo), enquanto que a rainha portuguesa morre do parto tendo sido sepultada... num mosteiro jerónimo nos arredores da cidade. D. Miguel, que fica em Espanha, encarna portanto a possível futura união dos reinos ibéricos e é neste contexto que o mosteiro de Belém é decidido e que é iniciada a sua construção. Vasco da Gama só chegaria a Lisboa no ano seguinte.

Como é sabido, a ordem jerónima é de origem espanhola, permanece, ao longo de todo o século XVI, muito próxima da coroa, e é aquela à qual esta tinha entregue (e entregaria ainda por vários anos) a função de velar pelas respectivas almas, glorificando-as, pelo culto, *ad aeternum* – lembre-se que o mosteiro do Escorial (cuja construção foi, meio século mais tarde, decidida por Filipe II) é jerónimo. Sintoma dessa proximidade entre os Reis Católicos e os frades jerónimos (para um exemplo contemporâneo de D. Manuel) é o facto de que o único palácio real que estes mandaram erguer de novo foi aquele que ficava anexo ao mosteiro jerónimo de Guadalupe e a que Isabel, a Católica chamava “mi paraíso”.

A perpetuação do culto funerário da casa real portuguesa seria também função do mosteiro lisboeta, que assim substituiria o mosteiro da Batalha. Tal substituição era necessária porque a dinastia que a nova casa religiosa estava destinada a albergar e cultuar seria, idealmente, já não apenas portuguesa, mas ibérica. A nova dinastia reinante (que não chegou a ser...) não se colocava exactamente na descendência dos seus imediatos antecessores; antes inaugurava uma nova era. Assim, a uma reinauguração dinástica corresponderia uma refundação arquitectónica.

Mais, o pedido de autorização de construção que D. Manuel dirigira a Roma previa a construção de doze mosteiros da mesma ordem, número de evidentes ressonâncias bíblicas (dos quais apenas mais dois – a Pena e as Berlengas – se chegaram a construir). Tratava-se, portanto, não de uma construção que se pretendia isolada mas antes da implantação em Portugal daquela que era então a ordem religiosa mais próxima da coroa espanhola. O projecto iberista alimentado por D. Manuel passava, portanto, por o esforço de transplantação da ordem espanhola, sendo o mosteiro de Belém, porventura, o mais precoce sintoma dessa mesma tentativa.

Finalmente, que os terrenos onde o mosteiro se ergueria tenham sido comprados (ou mais exactamente escambados) à Ordem de Cristo – para serem entregues a outra ordem - parece sintomático. Se o objectivo fosse o de criar um edifício-símbolo do projecto imperial manuelino, teria sido mais fácil e evidente construir um edifício que permanecesse sob a alçada da ordem militar de que o rei era grão-mestre e sobretudo à qual estava entregue, desde o tempo do infante D. Henrique, a gestão do espiritual em todos os territórios ultramarinos. Pelo contrário, optou-se por uma nova ordem justamente porque o sentido do mosteiro era outro.

Pouco depois da triunfal viagem espanhola, o príncipe D. Miguel da Paz morreria sem nunca ter vindo a Portugal. O projecto de união ibérica esmoreceria ainda que as obras no mosteiro tenham continuado a bom ritmo. Em Outubro de 1500, D. Manuel casa de novo com uma princesa espanhola, D. Maria, aquela que ficará perpetuada em pedra no portal que Chanterene esculpiu em 1517, pouco depois de João de Castilho ter assumido o comando do estaleiro, onde substituiu Boytac. Em 1518, de novo viúvo, o *Venturoso* casa pela terceira vez em Castela, desta vez com a infanta D. Leonor, mas este casamento já não corresponde a uma vontade unificadora que fosse concretizável, pelo menos a curto prazo.

Quando D. Manuel morre o projecto iberista já perdera quase todo o seu sentido e as obras em Belém perdem o élan que até então tinham conhecido (o que faria menos sentido se fosse colonial a intenção celebrativa do mosteiro). D. João III casa, com enorme despesa, a sua irmã Isabel com Carlos V e, do mesmo golpe, negocia o seu próprio casamento com uma irmã do imperador, D. Catarina. Será sob a iniciativa desta infanta espanhola e rainha de Portugal que o mosteiro de Santa Maria de Belém será palco de uma última reforma que pode ser relacionada com a velha ideia unificadora. Contrariando o abandono a que o seu (já defunto) marido votara o mosteiro, em 1565 a rainha viúva, então regente, encomenda uma nova capela-mor (e demolição da original) a Jerónimo de Ruão. Tratava-se de um gesto refundador, já que a capela-mor era o lugar de enterramento da família real, ou seja, o panteão régio propriamente dito, aquele que D. Manuel tinha pensado para uma dinastia ibérica mas que, afinal, serviria de última morada para os membros de um família real tão-só portuguesa.

D. Catarina não podia saber, é claro, que quinze anos mais tarde um sobrinho seu, e neto de D. Manuel, concretizaria finalmente – e em moldes muito próximos daqueles que tinham sido negociados pelo seu avô – o ideal de unir as duas coroas, todas as nações da Península, e os respectivos impérios. Sem surpresas, um dos primeiros gestos arquitectónicos de Filipe II, então também I de Portugal, em Lisboa – e indubitavelmente um dos mais significativos – foi o de mandar erguer... uma igreja-panteão onde, não sem alguma ironia, tão-pouco repousaria uma família real ibérica.

A capela real

Que o mosteiro de Santa Maria de Belém não seja a tradução em pedra do projecto imperial manuelino não quer dizer, evidentemente, que

este não tenha sido central durante o reinado do *Venturoso*. Foi-o, é claro, e sobretudo depois da chegada de Vasco da Gama, trazendo consigo o ouro que resulta dessa sua primeira viagem, e com o qual se fará a famosa Custódia de Belém (por ter sido oferecida pelo rei ao mosteiro jerónimo, talvez já então em vias de se associar definitivamente ao processo expansionista) hoje guardada no Museu de Arte Antiga. D. Manuel assiste a essa cerimónia na Casa da Mina, acusando o seu fascínio pela frente ribeirinha da cidade e prefigurando a sua intenção de para aí deslocar o seu centro dinâmico. Na verdade, provavelmente logo a partir de 1501, D. Manuel dá início às obras que, essas sim, conduzirão à construção do grande símbolo construído do seu império: o Paço da Ribeira ¹¹. Ao contrário do mosteiro ierónimita seu contemporâneo, o Paço da Ribeira coloca-se perpendicular ao rio, avançando sobre ele «como uma máquina de guerra», como escreveu Damião de Góis ¹² que assim nele reconheceu a mais perfeita metáfora arquitectónica da ideia imperial manuelina, já não ibérica, mas universal e cristã.

São vários e de vária ordem os sinais encerrados pelo Paço da Ribeira que evocam a ideia imperial manuelina. Importa aqui determo-nos sobretudo no espaço religioso por excelência que ele encerra, a capela real. A associação de uma capela aos paços régios tornou-se sistemática a partir de D. Dinis ¹³. Nos paços da primeira dinastia, a capela era frequentemente da evocação de São Miguel (são, por exemplo, os casos dos paços de Coimbra e da Alcáçova de Lisboa). Até ao século XVI, apenas os palácios reais dispõem de capela em edifício próprio, privilégio de que detêm o exclusivo. Também o Paço da Ribeira, naturalmente, dispõe de uma capela, mas esta a vários títulos excepcional. Interessam-nos, sobretudo, três aspectos particulares: o carácter partilhado da capela (servindo tanto o paço real como a Casa da Índia); a natureza dos eventos que nela ocorrem bem como a concorrência que sofre por parte de outros espaços palatinos; e, talvez mais importante, a sua evocação, de S. Tomé.

A primeira originalidade para que quero chamar a atenção tem a ver com o âmbito partilhado desta capela, i.e., ela serve simultaneamente o

¹¹ Senos, *op. cit.*, pp. 213 ss.

¹² Damião de Góis, *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*, Lisboa, Livraria Avelar Machado, 1937, ed. Raúl Machado, p. 52.

¹³ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995, pp. 30-33, cujas conclusões aqui seguimos. Sobre a capela real do Paço da Ribeira cf. Senos, *op. cit.*, pp. 159 ss.

paço e a Casa da Índia. Um documento da chancelaria manuelina refere-se-lhe assim: «capella do bem aventurado sam thomee (...) nestas nosas casas da jmdia»¹⁴. Por vezes as fontes chamam-lhe mesmo *capela da Casa da Índia*, esquecendo a sua dignidade real. Segundo o respectivo *Regimento*, os atrasos dos funcionários da Casa eram multados, e o dinheiro daí resultante deveria custear as obras da capela¹⁵. Do ponto de vista do significado, esta dissolução de fronteiras torna evidente a ténue distinção que separa a gestão da casa real da gestão dos destinos mercantis do império. Se essa distinção fosse clara, a capela do rei serviria apenas a família real nos seus momentos de oração privada ou em grupo. Da mesma maneira, a Casa da Índia, organismo supremo da organização do comércio ultramarino, seria também ela dotada de um espaço de oração próprio. Mais uma vez encontramos uma obra de arquitectura religiosa cuja análise ajuda à compreensão de uma característica-chave do ordenamento político do Portugal do século XVI.

A capela palatina é, por definição, o palco privilegiado das cerimónias religiosas maiores associadas à vida palaciana. Contudo, nem sempre assim foi, sofrendo a capela, por vezes, a concorrência de outros espaços: a sala da rainha (neste caso, D. Maria), onde foram crismados os infantes D. Luís, D. Afonso e D. Henrique¹⁶ e onde D. Afonso foi ordenado clérigo¹⁷; a sala grande, onde foi baptizado o infante D. Duarte¹⁸; o oratório de D. Catarina, onde D. Sebastião foi baptizado, pelo cardeal D. Henrique, seu tio¹⁹.

Por outro lado, devemos ainda considerar aqueles casos em que a dimensão religiosa de um acontecimento se confunde com a sua vertente política. Nesses casos, a capela é palco de eventos de natureza mista, em

¹⁴ Instituto do Arquivo Nacional – Torre do Tombo, Chancelaria D. Manuel, livro VII, fl. 33.

¹⁵ Damião Peres (ed.), *Regimento das Casas das Índias e Mina*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947, pp. 6 e 121.

¹⁶ Ernesto de Campos de Andrada (ed.), *Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, Conde da Idanha, Do Tempo que Ele e Seu Pai, António Carneiro, Serviram de Secretários (1515-1568)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, pp. 200-201.

¹⁷ Correia, *op. cit.*, p. 143.

¹⁸ Andrada, 1937, *op. cit.*, p. 194.

¹⁹ Francisco d'Andrada, *Chronica do Muito Alto e Muyto Poderoso Rey D. João o III deste nome...* (4 vols.), Coimbra, Real Officina da Universidade, 1796 [1ª ed. 1613], parte IV, cap. CVIII; Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal, que Compreendem o Governo del Rey D. Sebastião, Único em o Nome, e Decimo Sexto Entre os Monarcas Portugueses* (4 vols.), Lisboa, Off. Joseph Antonio da Sylva, 1736-51, parte I, livro I, cap. II.

que dificilmente podemos distinguir os lados da questão. Foi o caso quando, em 1515, D. Manuel aí promoveu uma cerimónia durante a qual entregou, ao capitão-mor da armada que irá para a Índia nesse ano, a respectiva bandeira ²⁰.

A bênção do estandarte que a armada transportará aconteceu várias vezes, mas nem sempre no paço régio (por vezes na Sé, por exemplo). Talvez não tenha sido por acaso que, justamente em 1515, tal cerimónia tenha acontecido na capela real, já que nesse ano parecia definitivamente resolvida a querela cortesã que opunha a ideia da aliança anti-islâmica – defendida pelo *partido da cruzada*, como lhe chamou Luís Filipe Thomaz, que conferia à presença portuguesa no Oriente um cunho essencialmente militarista – ao domínio dos interesses económicos do *partido do comércio*. Nesse mesmo ano Lopo Soares de Albergaria, do *partido do comércio*, seria nomeado para o governo da Índia, e seguiria para o Índico nessa mesma armada ²¹. É então possível que D. Manuel tenha encenado esta cerimónia na *sua* capela para tornar claro que, apesar de derrotado dessa disputa (tudo indica que o monarca fosse partidário da ideia de cruzada), eram ainda suas as decisões sobre os destinos do império.

A capela é ainda, tal como todos os demais espaços do palácio, um lugar de hierarquia, onde o rei se mostra de cima para baixo quando assiste ao serviço na tribuna, ou distingue aqueles a quem concede o privilégio de participarem da missa no interior da cortina que também o isola (e assim diferencia) dos demais. Espaço de hibridez funcional e institucional, a capela real é também um lugar de *mise en scène* de poderosos expedientes de distinção que aqui se tornam, porventura, mais fáceis de detectar de que em qualquer outro documento.

A questão da evocação é particularmente interessante. Colocar a capela real debaixo da protecção de São Tomé corresponde, desde logo, a um desvio relativamente àquela que era a tradição nas capelas reais portuguesas, geralmente da evocação de São Miguel que, empunhando a espada de fogo, comanda os exércitos de Deus. É o contexto de cruzada anti-islâmica vivido na Península ao longo da primeira dinastia que explica a convocação do arcanjo na sua faceta bélica. A escolha do apóstolo das Índias não é, evidentemente, nem acidental nem inocente.

De acordo com uma tradição textual corrente na Europa, a Tomé coube a evangelização da Índia e é este apóstolo que os cristãos do

²⁰ Andrada, 1937, *op. cit.*, pp. 197-198.

²¹ Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, sobretudo cap. V.

Malabar reconhecem como fundador da sua fé²². A fonte mais importante para este problema são os *Actos de S. Tomé*, escrito apócrifo do século III, com muitas versões posteriores em várias línguas e variantes, de que se sabe ter existido uma, por exemplo, na livraria do mosteiro de Alcobaça. São várias as obras literárias, eclesiásticas ou outras, que relatam episódios do apostolado de Tomé na Índia, transportando-os ao longo da Idade Média até a tempo de D. Manuel. É o caso do relato da viagem de Marco Polo de que existiam exemplares na livraria do monarca²³ e que foi impresso em português logo em 1502. De resto, se dúvidas houvesse, o próprio rei os refere na carta que escreve, em 1500, ao Samorim de Calecut, assim como na carta sobre os avanços dos descobrimentos que dirige, no ano seguinte, aos reis Católicos. Assim sendo, nos finais do século XV e princípios do século XVI, em Portugal, a história de Tomé era conhecida nos círculos cultivados e cortesãos, e até pelo próprio rei.

Assim, sem dúvida, foi enquanto evangelizador das terras que D. Manuel acabara de atingir, pela primeira vez, por mar, que Tomé foi evocado. A coroa portuguesa coloca-se desta maneira sob a protecção do apóstolo da(s) Índia(s). Mas a ligação do santo ao projecto imperial manuelino pode ser adivinhada a naves mais subtis. A escolha de São Tomé como orago da capela real confere à história do santo uma espécie de reconhecimento oficial, assim afastando uma outra tradição concorrente, a de que tenha sido Bartolomeu o evangelizador da Ásia, hipótese que, sabia-se agora, os cristãos da Índia pareciam não reconhecer.

Além disso, a evocação de Tomé sugere um paralelo entre a missão do apóstolo no Oriente – a de divulgar a fé cristã – e a do próprio rei – a de (re)conduzir à obediência de Roma, o verdadeiro caminho, aqueles que não o conheciam mas também aqueles que, por efeito do corte secular de contactos, já não o reconheciam. D. Manuel transforma-se assim numa espécie de apóstolo que transporta consigo a verdadeira mensagem.

Ao contrário do mosteiro dos Jerónimos, a capela de São Tomé é, de facto, o espaço religioso do projecto imperial manuelino.

²² Para todo o problema de Tomé e das suas implicações no processo da expansão portuguesa no Índico veja-se Luís Filipe Thomaz, "A lenda de S. Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa", *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo III, 1991, pp. 349-418.

²³ Sousa Viterbo, *A Livraria Real Especialmente no Reinado de D. Manuel*, Lisboa, Typ. da Academia Real da Sciencias de Lisboa, 1901.

Opções estéticas, programas ideológicos

Poucos dias depois da morte de D. Manuel, o príncipe D. João fez-se aclamar como novo rei de Portugal numa cerimónia de *levantamento*, como era a tradição do reino. Segundo Gaspar Correia, estava nesse dia muito mau tempo e chovia bastante em Lisboa, pelo que Bartolomeu de Paiva, o amo do príncipe e figura-chave da política arquitectónica manuelina, terá sugerido que a cerimónia se fizesse no Paço da Ribeira, e não em São Domingos, como era vontade de D. João III, ao que o rei terá respondido que «nom compre [que a cerimónia se realize] demtro em paços senam em huma grande praça a vysta de todo o mundo se fose posyvell»²⁴. A cerimónia fez-se conforme a vontade do monarca.

Era talvez o primeiro sintoma de uma mudança conjuntural que marcaria todo o reinado. Logo após a sua aclamação, o monarca transfere-se, primeiro para Santos-o-Novo, depois para Santos-o-Velho. Quando visita Lisboa – o que, de resto, faz com menos frequência e muito menos entusiasmo do que o seu pai – evita o Paço da Ribeira, preferindo o palácio dos duques de Bragança ou o Paço dos Estaus.

Tal como com os lugares de morada, D. João III parece também evitar os lugares cerimoniais do seu pai: para além do já referido levantamento, que teve lugar em São Domingos, podem mencionar-se o Hospital Real de Todos-os-Santos que será palco do baptismo do infante D. António – aliás, o seu primeiro filho a nascer em Lisboa²⁵ – ou a Sé, onde terá lugar o casamento do príncipe D. João com a infanta espanhola D. Joana²⁶. Uma geografia do poder à escala do país como no interior da própria cidade, como se vê, muito diferente daquela que protagonizara D. Manuel.

D. João III tinha ideias bastante diferentes das do seu pai relativamente à primeira cidade do país, e embora tenha procurado acabar as obras lançadas no reinado anterior (Misericórdia e Alfândega Nova, por exemplo), até tenha tido iniciativas próprias tendentes a melhorar as infra-estruturas da cidade (como a Casa da Índia Nova), e aí (no Paço dos Estaus) tenha instalado a sede da Inquisição (instituição introduzida em Portugal por iniciativa sua), a sua relação com Lisboa nunca foi semelhante à convicção que por ela sentira o *Venturoso*.

Tal como para D. Manuel, não estão ainda determinados os percursos da corte joanina mas as fontes (sobretudo as suas crónicas), bem como a

²⁴ Correia, *op. cit.*, p. 179.

²⁵ Andrada, 1796, *op. cit.*, parte III, cap. LXIX; e Andrada, 1937, *op. cit.*, p. 1.

²⁶ Andrada, 1796, *op. cit.*, parte IV, cap. LXXXXV.

bibliografia, mostram-no sobretudo em Évora, Tomar ou Almeirim, onde preferencialmente têm lugar as cerimónias maiores da vida cortesã. Lisboa é um destino mais raro. No Paço da Ribeira as obras avançam lentas e a documentação rareia, enquanto que Castilho abandona o estaleiro dos Jerónimos para (sintomaticamente, como veremos) se dedicar às reformas joaninas de Tomar.

A história desta espécie de abandono de Lisboa deve ser vista como uma tentativa de instaurar outras centralidades. D. João III optou, em grande parte do seu reinado, por instalar a sua corte primeiro em Tomar e depois em Évora. Talvez se possa então falar da intenção joanina da constituição, em alternativa ao projecto do seu pai, de uma dupla centralidade, com uma base comercial em Lisboa (onde se completaram infra-estruturas sobretudo comerciais, lançadas no reinado anterior) e outra, cortesã, em Évora ou Tomar. Talvez não por acaso, hoje tal projecto é testemunhado por três encomendas arquitectónicas religiosas: as reformas do Convento de Cristo e a ermida de Nossa Senhora da Conceição (onde porventura o rei se quis fazer sepultar, em alternativa ao abortado panteão ibérico manuelino), ambas em Tomar; e a igreja da Graça em Évora ²⁷.

Lisboa era então uma cidade cuja imagem estava talvez excessivamente marcada pelo reinado manuelino, podendo assim parecer muito pouco adequada à afirmação do ideal régio classicizante que D. João III alimentou. Esta mudança (radical) de paradigma estético merece atenção. É que não estava apenas em jogo uma alteração vocabular de superfície nas obras encomendadas. Nalguns edifícios – como por exemplo nos trechos conclusivos da igreja da Misericórdia em Lisboa, de que nos chegou o pórtico lateral original, hoje portal principal da igreja da Conceição Velha (mais uma vez, uma obra religiosa) –, ainda se procuraram soluções de compromisso, tentativas de conjugação entre uma espacialidade e geometria manuelinas e uma decoração já classicizante. Tal conciliação revelou-se impossível. Como argumenta Rafael Moreira ²⁸, esses vocábulos decorativos que se procuram colar às fachadas manuelinas que ficaram

²⁷ Sobre o investimento arquitectónico joanino nestas duas cidades, e respectivas ressonâncias simbólicas, vejam-se Rafael Moreira, “A ermida de Nossa Senhora da Conceição, mausoléu de D. João III?”, *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, 1, Março 1981, pp. 92-100; e Idem, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, sobretudo caps. 3 e 4.

²⁸ Rafael Moreira, “Arquitectura: Renascimento e Classicismo” in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa* (3 vols.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol. II, pp. 303-375.

por concluir no reinado do *Venturoso* trazem já em si o gérmen de um radicalmente novo entendimento do espaço construído que não se coaduna com aquele a que se procuravam plasmar.

Se os elementos decorativos classicizantes da fachada da Conceição Velha parecem apenas deslocados daquele que poderia ser o seu contexto natural, o magnífico claustro joanino projectado por Torralva para o convento de Tomar choca irremediavelmente com a nave manuelina (e a famosa janela) da igreja que por trás dele se ergue. A espacialidade dos Jerónimos não é apenas diferente da da ermida de Nossa Senhora da Conceição, é incompatível. Onde a fachada da Conceição Velha procurou (e falhou) o compromisso, o palladianismo da igreja da Graça de Évora procura e encontra um discurso arquitectónico que já é verdadeiramente outro e que não pode fazer concessões. E embora desconheçamos quase tudo sobre a configuração da capela de São Tomé, no Paço da Ribeira, não tenho nenhuma dúvida de que nada tinha em comum com outra capela palatina, esta joanina, a de Salvaterra de Magos (de resto, quando foi construída – antes de 1555 – tal questão já não se colocava).

Mais uma vez sem grandes surpresas, a construção de uma nova capela para o Paço da Ribeira foi uma das prioridades da profunda reforma que Filipe II encomendou para o paço. A espacialidade que certamente representava a capela de São Tomé tinha perdido validade.

Esta mudança estética que acompanha o reinado joanino corresponde, é claro, a uma alteração ideológica no programa político do reino. O poder manuelino e tudo o que ele representava quis-se mostrar de uma maneira; D. João III fê-lo de outra. Aos dois projectos de poder corresponderam dois projectos estéticos distintos.

Como tem insistido Rafael Moreira²⁹, o processo de introdução dos modelos intelectuais e estéticos do Renascimento italiano fez-se lenta mas precocemente em Portugal, tendo começado muito antes do reinado de D. João III, altura em que as artes portuguesas aderem definitivamente ao ideário classicizante. Particularmente importante neste processo foi o reinado de D. João II durante o qual foi projectado e iniciada a construção do Hospital Real de Todos-os-Santos, em Lisboa, de acordo com os mais avançados modelos disponíveis na Europa de então. Assim sendo, a opção sistemática e omnipresente, durante o reinado de D. Manuel, por um vocabulário arquitectónico tardo-gótico representa um desvio relativamente ao percurso que se traçara no reinado anterior. Tal opção tem de ser significativa e para a compreender, é preciso caracterizar, ainda que brevemente, a imagem de realeza que D. Manuel quis projectar.

²⁹ Sobretudo Moreira, 1991 e 1995, *op. cit.*

A 25 de Julho de 1499, D. Manuel escreve para Roma anunciando o sucesso da viagem de Vasco da Gama. Esta carta é o mais antigo documento que se conhece no qual o rei que, *pela graça de Deus*, já o era de *Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África* e ainda, desde D. João II, *Senhor da Guiné*, acrescenta à sua titulação o *Senhorio da conquista e da navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia*. Os novos elementos da titulação insistem portanto na vocação marítima e imperial que o rei pretende incorporar. D. Manuel jogou assim com os elementos de que dispunha (a titulação como a arquitectura e não só) para manipular a sua própria identidade enquanto rei, de forma indubitavelmente intencional e apresenta-se, a partir da chegada da primeira armada da Índia, como um senhor eminentemente asiático (note-se que são asiáticas todas as evocações geográficas do novo título).

As fontes referem várias vezes os cortejos em que o rei se deslocava na cidade acompanhado por elefantes, onças e outros animais exóticos que as armadas lhe traziam do Oriente³⁰, e até uma luta entre um rinoceronte e um elefante que D. Manuel fez encenar num dos pátios do Paço da Ribeira³¹. A nota exótica assim introduzida na ideia de poder que desta maneira se constrói, não se destina apenas ao consumo interno já que um dos mais espectaculares elementos da célebre embaixada enviada ao papa Leão, liderada por Tristão da Cunha, era, precisamente, um elefante. Além disso, conta-nos Damião de Góis que D. Manuel guardava na sua guarda-roupa «vestidos à mourisca»³², também referidos por Gaspar Correia quando diz que o monarca «tynha e avya por estado ter sempre grandes guarda roupas cheas de todolos vystydos de feyções estrangeiras com todolas galamtaryas de chaparises douro botoes e pomtas e forros riqos»³³, e que se encontram nos inventários relativos ao *Venturoso*³⁴.

Todos estes elementos exóticos devem ser entendidos como partes de uma estratégia de construção de uma imagem orientalizante do monarca

³⁰ Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, parte IV, cap. LXXXIV, p. 198, por exemplo.

³¹ As principais fontes para este curioso episódio são A. Fontoura da Costa, *Deambulações da Gana de Modafar, Rei de Cambaia, de 1514 a 1516*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937 (onde se publica o testemunho presencial de Valentim Fernandes) e Góis, 1926, *op. cit.*, parte IV, cap. XVIII.

³² Góis, 1926, *op. cit.*, parte IV, cap. XVIII., p. 199.

³³ Correia, *op. cit.*, p. 173.

³⁴ Veja-se, por exemplo, Annemarie Jordan, *Portuguese Royal Collections (1505-1580): a Bibliographic and Documentary Survey*, dissertação de M.A. apresentada à George Washington University, 1985.

português da qual a capela de São Tomé participa. É justamente porque Tomé é considerado o evangelizador do oriente que a evocação de São Miguel é preterida em favor da do apóstolo da Índias. É também possível que tenha sido na sequência do abandono do projecto de unificação ibérica e da sua substituição, no centro das preocupações reais, pelo projecto expansionista do Índico, que o sentido do mosteiro dos frades jerónimos tenha sido progressivamente desviado da sua intenção original para se transformar em símbolo da nova prioridade real. E isto, é claro, sem que uma só pedra do edifício tenha sido alterada.

A opção por um vocabulário gótico ganha então novos sentidos. Mesmo sem ser preciso encontrar nos edifícios manuelinos os cordames e as velas dos barcos, ou as conchas e os corais dos mares que fariam deles a evocação directa do destino marítimo daqueles tempos, a decoração exuberante pela qual o manuelino sempre opta e o entendimento espacial tão diverso da harmonia e equilíbrio protagonizados pela arquitectura classicizante, permitiam possivelmente uma evocação orientalizante mais evidente do que frieza tratadística, solene e regrada do discurso construtivo que o substituiu.

Com D. João III tudo isto muda. A imagem que o monarca queria transmitir de si próprio e do seu poder era ainda cristã, era até ainda imperial, mas já não podia ser oriental porque o seu referente era agora clássico. A sua imagem real será formatada à semelhança da do seu cunhado, o imperador Carlos V, ambas com a matriz no ideal imperial clássico. Por isso foi necessária uma mudança da geografia do poder e também do discurso artístico. O Paço da Ribeira – a que a documentação até então chamara *da Índia* – e a sua capela de São Tomé são evitados e por vezes, esse processo é tão eficaz que as fontes descrevem cerimónias que têm lugar no Terreiro do Paço sem nunca referir o paço propriamente dito... como se ele não existisse³⁵. As novas construções religiosas encomendadas por D. João III são da evocação canónica de Nossa Senhora, da Conceição em Tomar, e da Graça em Évora. Até os próprios Jerónimos se procuram evitar, tentando-se outro lugar de tumulação, esforço falhado mas nem por isso menos significativo.

Onde D. Manuel quis ser um sultão asiático, D. João III quis ser um César romano. Onde D. Manuel fez construir espaços tão exóticos (ainda

³⁵ É o que acontece quando D. João III e D. Catarina se despedem da princesa D. Maria que parte para Castela, para casar com Filipe II, não sendo o Paço sequer mencionado quando a infanta embarca, no Terreiro do Paço, para atravessar o rio, tendo o rei assistido à partida do barco... na Alfândega (Andrada, 1937, *op. cit.*, pp. 274-275).

que no interior de um discurso gótico, note-se) quanto a completamente atípica nave da igreja do convento de Cristo, no mesmo convento D. João III mandou erguer o rigor tratadístico do claustro que leva o seu nome e, logo ao lado, o equilíbrio geométrico de Nossa Senhora da Conceição. Como atrás se disse, não são opções apenas diferentes, são incompatíveis.

Duas igrejas lisboetas mais

O reinado de D. Sebastião marcará Lisboa com uma nova encomenda arquitectónica religiosa que merece referência: a igreja de São Sebastião. A ter sido completada, ela teria sido possivelmente a maior igreja da cidade, o mais importante edifício religioso que nela se construíra desde os Jerónimos. Mais uma vez, tal igreja é sintoma de nova mudança no projecto político do país. A coroa voltava a abraçar um ideal cruzadístico mas já não tal como D. Manuel o entendia, isto é, já sem a componente asiática, antes agora voltado para o Norte de África. Simbolicamente, o monarca abandonava o Paço da Ribeira, regressando à Alcáçova, e fazia construir no Terreiro do Paço aquela que deveria ser a nova capela real, dedicada ao santo com o nome do rei. A memória de Tomé, como a do projecto asiático, estava cada vez mais longínqua.

Finalmente, Filipe I de Portugal chega a Lisboa com uma nova agenda política para cumprir. O seu reinado deixará a cidade marcada por duas construções fundamentais: um Paço da Ribeira profundamente reformado, e um mosteiro de São Vicente integralmente reconstruído. Este último, como já se referiu, destinava-se a albergar um panteão régio que – sempre se soube – nunca seria última morada de nenhum monarca. Aderindo à ideia urbanística que o Terreiro do Paço originalmente representava – a grande praça cívica de aparato da cidade, tal como D. Manuel a pensara –, Filipe I abandona definitivamente o estaleiro da igreja de São Sebastião, e manda que as pedras das fundações de que nunca passou sejam usadas no renovado mosteiro que então passa a acumular as evocações de São Vicente e do Santo Mártir. Tal como o rei D. Sebastião, a evocação do santo homónimo perdeu-se no nevoeiro dos tempos, e hoje já ninguém dela se lembra.

«Todo o poder instituído gera a sua própria imagem. Esta imagem (...) destina-se, em última análise, a levar a opinião pública a associar o Poder, tal como existe, à imagem mental de poder, ou seja, a transformar o Poder, tal como é, na única forma de Poder possível»³⁶. Assim escreveu

³⁶ Ana Maria Alves *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino – À Procura de uma Linguagem Perdida*, Lisboa, INCM, 1985, p. 11.

Ana Maria Alves num dos mais interessantes estudos produzidos sobre a iconologia manuelina. Neste breve artigo procurei contrastar duas imagens de poder muito diversas tal como elas se fizeram pedra sob a forma de edifícios religiosos encomendados sob iniciativa régia.

Comecei por referir a importância institucional da igreja porque justamente se o jogo dos poderes fosse outro, o exercício que aqui se conclui seria impossível. Assim, as igrejas do século XVI contam-nos histórias surpreendentemente ricas, que vão do evoluir dos estilos ao devir das ideias de poder que o percorrem. Do ideal da união ibérica à efectivação da união ibérica, da exótica Índia à Roma clássica, da Lisboa capital peninsular ao fracasso dessa aspiração, tal é a história que nos contam as igrejas que aqui foram percorridas.